

## Censura no Estado Novo

Dulce Chaves Pandolfi<sup>1</sup>

Estamos diante de especialistas que trabalham com o tema da censura. Alguns inclusive, pesquisadores dessa casa. Esse não é o meu caso. Mas, foi no Estado Novo, uma ditadura chefiada por Getúlio Vargas que vigorou no Brasil de 1937 a 1945, que a censura, exercida em sua plenitude, tornou-se, de modo exemplar, uma ferramenta para legitimar o regime junto à sociedade. Por isso, ao falar sobre a implantação e o funcionamento do Estado Novo e ao remeter a alguns achados que fiz nas minhas pesquisas sobre o período, espero dar alguma contribuição para a reflexão mais ampla desse seminário cujo título é “*A censura à prova do tempo*”.

### 1-A implantação do Estado Novo

Em novembro de 1930, com a eclosão de uma revolução, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil. Ficou a frente de um Governo Provisório até 1934 quando foi eleito indiretamente, através de uma Assembléia Constituinte, presidente da República. O seu mandato iria até 1938. Entretanto, no dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, apresentou ao país, através de um programa de rádio, uma nova Constituição. Segundo as suas palavras, a Constituição que havia sido promulgada três anos antes, em 1934, baseada no liberalismo e no sistema representativo, estava “antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir”.<sup>2</sup> Naquele momento, através de um golpe, tinha início o Estado Novo, um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil. O poder Legislativo foi fechado, os partidos políticos extintos e

---

<sup>1</sup>Professora e Pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas de 1978 a 2018, é graduada em Ciências Sociais pela UFF, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ e doutora em História pela UFF. É autora e organizadora de diversos livros e tem vários artigos publicados em revistas especializadas. Lecionou Sociologia na Universidade Cândido Mendes e na PUC-RJ. Foi diretora do IBASE, de 2005 a 2011 e atualmente é presidente do seu Conselho Curador. Entre 2013 e 2014 foi pesquisadora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. Entre 2012 e 2014 foi diretora do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

<sup>2</sup> Vargas, Getúlio. *A Nova política*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938- 1945, vol. 5, p 21.



as eleições suspensas. De acordo com o discurso de Vargas e dos seus auxiliares, o Estado Novo era o resultado natural de um movimento que teria tido o seu ponto de partida em 1930. Entretanto, diferentemente desse discurso, entre o período que começa com a Revolução de 1930 e finda em 1937, com a implantação do Estado Novo, diferentes projetos disputaram o jogo político. Ao lado das continuidades, houve também muitas rupturas.<sup>3</sup>

Ainda em 1930, logo após a tomada do poder, começaram os primeiros embates entre os vitoriosos. A revolução tinha contado com a participação de forças bastante díspares: liberais, autoritários, centralizadores, federalistas, jovens militares rebeldes, militares de carreira, antioligárquicos históricos, oligarcas momentaneamente dissidentes, etc, etc. Uma das primeiras divergências era sobre o tempo de duração do Governo Provisório, implantado com a derrubada do quem chamavam, de forma pejorativa, a “velha” República. Enquanto alguns pregavam a suspensão imediata do Governo Provisório e a convocação de uma Assembléia Constituinte, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. Alegavam que não tinha havido tempo hábil para dismantelar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizados na sociedade brasileira. Portanto, num curto prazo, qualquer eleição seria permeada pelos mesmos desvios que marcaram o jogo político ao longo da “velha” República. Nesse embate já ficava claro a separação que se tentava estabelecer (e que será vitoriosa no Estado Novo) entre democracia social e democracia política, atribuindo-se primazia da primeira em detrimento da segunda. Enquanto uns eram favoráveis a um regime forte e apartidário, outros defendiam propostas liberais. O grau de centralização e de intervenção do Estado também eram pontos de discórdia. Sobretudo os representantes dos estados mais fortes tentavam limitar os poderes da União: queriam manter a autonomia do poder estadual, autonomia essa tão questionada pelos estados mais frágeis da federação, ao longo da “velha” República.

---

<sup>3</sup>Pandolfi, Dulce. “Os anos 30: as incertezas do regime”. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol 2.



Na realidade, entre 1930 e 1937, projetos distintos disputavam o poder no Brasil. Tanto no período do governo provisório (1930-34) quanto no constitucional (1934-37), a efervescência política foi intensa. O país conviveu com uma guerra civil (em 1932, em São Paulo); conviveu, ainda que rapidamente, com eleições, partidos e uma Assembléia Nacional Constituinte (1933 e 1934); com dois importantes movimentos de massa, (um à direita, integralista, a AIB e outro à esquerda, a ANL (uma frente popular contra o avanço do nazi fascismo)); com a criação de uma Lei de Segurança Nacional e de um Tribunal de Segurança Nacional; com uma campanha presidencial em 1937 (onde houve candidaturas, mas não houve eleição); com inúmeras revoltas de civis e militares, sendo a mais famosa a de novembro de 1935, apelidada “intentona comunista”. Essa revolta, cujo objetivo era derrubar o governo de Vargas, serviu de forte pretexto para o gradativo fechamento do regime, cujo desfecho foi no dia 10 de novembro de 1937, quando através de um golpe silencioso, o Estado Novo foi implantado no país.<sup>4</sup> De imediato o Legislativo e os partidos deixaram de existir e o comunismo tornou-se o inimigo número um do regime. A repressão e o cerceamento das liberdades democráticas que vinham num crescendo desde as revoltas de 1935, se aprofundaram. O silêncio diante do golpe de Estado não era expressão de uma concordância, mas, o resultado de esquema bem montado de desarticulação de projetos alternativos e de gradativo alijamento de parte da elite civil e militar que havia assumido o poder em 1930<sup>5</sup>. O regime mudou, mas Vargas manteve-se na chefia do Executivo, tendo os militares na sua retaguarda. O afastamento dos aliados civis e militares que haviam tido um papel importante na Revolução de 30 foi se dando de forma lenta e gradual, em função dos embates ocorridos ao longo dos sete anos de efervescência política. Quando ocorreu o golpe, muitos dos antigos aliados de Vargas estavam totalmente alijados do poder, vários, inclusive, presos ou exilados. A maioria dos que participaram na linha de frente da Revolução de 30, não participaram do Estado Novo. Sem dúvida, a ação de Vargas no sentido

<sup>4</sup> Sobre a articulação do golpe de 1937, ver Camargo et al. *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.

<sup>5</sup> Sobre o processo de alijamento da elite civil e militar entre 1930-1937, ver Pandolfi, Dulce e Grynszpan, Mario. “Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites”. In *Revista de Sociologia e Política*. UFPR, 1997, n.9, p. 7-23.



de garantir bases de sustentação para o golpe, teve sucesso. Entretanto, o Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante os incertos e tumultuados anos 30.

## 2- O que foi o Estado Novo.

Nunca é demais lembrar que desde o final da I Guerra Mundial o modelo liberal clássico de organização da sociedade estava sendo questionado, em diversas partes do mundo, em detrimento de concepções autoritárias, totalitárias, nacionalistas, estatizantes e corporativistas. Quando o Estado Novo foi implantado no Brasil, experiências semelhantes estavam em curso na Europa: Hitler havia tomado o poder na Alemanha, Mussolini na Itália e Salazar em Portugal. Muitos pensadores que influenciaram o Estado Novo, como Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Alberto Torres e Chico Campos, a despeito das suas diferenças, condenavam tanto o capitalismo, por ser gerador de desigualdades e conflitos, quanto o socialismo, pela estatização excessiva, pela falsa igualdade, pelo materialismo, pela negação dos valores tradicionais. A solução adotada aqui em 1937 foi o corporativismo, um corporativismo estatal que organizasse a sociedade, não em partidos, mas em associações representativas dos interesses profissionais; que banisse a luta de classes e introjetasse os conflitos sociais para dentro da máquina estatal. Os sindicatos, por exemplo, atrelados ao Ministério do Trabalho, deveriam funcionar como órgãos auxiliares do governo. Nesse período o país viveu muitos paradoxos. A despeito do grande cerceamento dos direitos civis e políticos, houve avanços nos direitos sociais. Como nos lembra Angela de Castro Gomes, em relação aos trabalhadores, houve repressão, mas, também, houve outorga.<sup>6</sup> Medidas centralizadoras restringiam o poder das tradicionais oligarquias regionais. Fiadoras do novo regime as Forças Armadas se fortaleceram: eram guardiãs da ordem interna e um dos principais suportes do processo de industrialização em

---

<sup>6</sup> Sobre a relação dos trabalhadores com Vargas, ver Gomes, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Vértice/IUPERJ, 1988.



marcha. Houve uma verdadeira proliferação de aparelhos estatais na área da economia e da cultura. O projeto de construção do Estado Nacional, de nacionalização da política, de construção do novo homem fez com que o governo, ao lado da censura e da repressão, investisse na cultura e na educação. O ensino foi nacionalizado e os currículos unificados. Enquanto muitos intelectuais foram presos e perseguidos, outros tantos foram atraídos pelo projeto estonovista: Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Villa-Lobos e muitos outros. Segundo o discurso dos estadonovistas, o intelectual deveria sair da sua “torre de marfim”, posição compreensível no passado, uma vez que Estado liberal não representava o verdadeiro Brasil. Entretanto, no Estado Novo, o Estado ao se identificar com as forças sociais, havia se transformado no tutor da intelectualidade. Por isso, deveria haver uma simbiose entre “homens das letras” e os “homens políticos”. De uma relação, no passado, conflituosa, deveria se passar para uma relação, no presente, harmônica.<sup>7</sup>

Em 1937, a censura, que obviamente não foi uma invenção do Estado Novo, foi legalizada constitucionalmente. E essa era a novidade. Dizia a Constituição de 37 que, com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a lei poderia prescrever a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação. Quanto à imprensa, estava também escrito na Constituição que ela seria regida por uma lei especial, de acordo com os seguintes princípios: a) a imprensa exerce uma função de caráter público; b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei. Ou seja, a imprensa deveria apoiar o governo, auxiliar no projeto nacional e ser uma ferramenta de transmissão da ideologia estadonovista. Caso alguém se rebelasse a punição era imediata, inclusive com a desapropriação de seus bens<sup>8</sup>. Muitos rádios, revistas e jornais foram fechados, entre eles, o poderoso jornal *O Estado de S. Paulo*.

<sup>7</sup> Sobre a relação dos intelectuais com o Estado no período ver Velloso, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol 2.

<sup>8</sup> Araújo, Maria Celina D. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.



Em nome da garantia da ordem e da segurança pública, a Constituição de 1937, cerceou uma série de direitos anteriormente garantidos constitucionalmente. Por exemplo, com a censura oficializada, o direito de livre manifestação do pensamento foi abolido. Sob o argumento de nocividade às relações de trabalho e à produção nacional, a greve e o *lock-out* foram proibidos. A Constituição omitia a previsão do mandado de segurança e da ação popular, e não tratava de princípios como o da reserva legal e o da irretroatividade das leis. A pena de morte passou a ser admitida não só em períodos de guerra, também em casos de crimes políticos e por homicídios cometidos por motivo fútil ou com perversidade excessiva.

Das torturas do Estado Novo aos opositores do regime, existem fortes relatos. “Me levaram para a Polícia Central e me arrancaram as unhas todas das mãos. Faziam perguntas, eu não respondia e assim fui torturado durante vários dias”, conta o velho militante Eduardo Xavier, em depoimento, nos anos 1980.<sup>9</sup> Aliás, a tortura que existia desde a colônia, não foi exclusividade nem do Estado Novo, nem do regime militar; ela continua sendo acionada até os dias de hoje. Apesar das Forças Armadas terem estado totalmente comprometidas com o golpe de 37 e serem as fiadoras do Estado Novo, o regime, diferentemente de 64, adotou uma roupagem civil. Também diferentemente de 1964, quando a repressão aos movimentos oposicionistas foi chefiada pelas Forças Armadas e os principais centros de tortura instalados nas dependências militares, no Estado Novo a repressão foi comandada pela polícia civil. Era, sobretudo, nas delegacias de polícia que as maiores atrocidades eram cometidas. O líder comunista Gregório Bezerra, preso e torturado nos dois períodos ditatoriais, relembra que na ditadura varguista, “a maior parte do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não se intrometia com os problemas políticos. Prender, torturar e matar era privilégio da Polícia Política. Agora, em 64, prender, torturar, matar, fazer desaparecer, foi privilégio do Exército, ou da Marinha, ou da Aeronáutica e da Polícia Federal, Militar ou Civil.” Gregório faz mais uma comparação entre os dois regimes: “No Estado Novo que

---

<sup>9</sup> Eduardo Xavier. In Gomes, Angela de Castro (coord.); Flaksman, Dora Rocha; Stotz, Eduardo. *Velhos Militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p. 143



mais sofreu foi a classe operária, porque naquele tempo bacharel era preso e não era torturado. Agora não...O sistema militar não respeitou nem crianças.”<sup>10</sup>

Segundo o artigo 136 da Constituição de 37 a ociosidade era equiparada à crime e o trabalho era considerado um dever social. Assim como as greves, a ociosidade ou a malandragem eram reprimidas pelo governo. Isso porque, segundo a ideologia do Estado Novo, o trabalho deveria ser percebido como a atividade central da vida dos homens e não como um castigo, como fora no passado. Não é por acaso que os discursos de Vargas começavam sempre se dirigindo aos “Trabalhadores do Brasil!” e na propaganda do Estado Novo, o presidente era Getulio Vargas era mencionado como o “trabalhador número um do Brasil”.

Quanto aos compositores populares, em especial os sambistas, além de censurados, eles deveriam, também, ser divulgadores da ideologia do Estado Novo. O caso dos compositores Wilson Batista e Ataulfo Alves tornou-se famoso. Eles não só aceitaram os cortes sugeridos pela censura, como adaptaram a letra do samba “O Bonde de São Januário”, um sucesso nos anos 1940, aos novos tempos. A letra da música que dizia: “O Bonde São Januário leva mais um sócio otário, sou eu que não vou trabalhar...”, foi substituída por “O Bonde São Januário leva mais um operário, sou eu que vou trabalhar”.

Em nome do fortalecimento do Estado Nacional, várias medidas restritivas foram tomadas, em diversas áreas, em relação aos estrangeiros. Escolas estrangeiras foram fechadas e, em praça pública, o único idioma permitido era o nosso. A publicação de livros e notícias em língua estrangeira também foi proibida. Em muitas livrarias do país a polícia fazia recorrentes apreensões de livros considerados “nocivos à sociedade brasileira”. Dentre os autores que mais tiveram obras apreendidas estava Jorge Amado. O anticomunismo tornou-se muito forte na sociedade até livros como *Tarzan, o invencível* ficou proibido de circular porque, segundo os censores, usava nos seus diálogos a expressão “camarada”, considerada integrante do vocabulário dos adeptos do comunismo. Na Bahia, poucos dias

---

<sup>10</sup> Gregório Bezerra. In Lima, Valentina Rocha (coord.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro, Record, 1986, p139, 140.



depois da implantação do Estado Novo, no dia 19 de novembro, dia da Bandeira, o interventor determinou que centenas de livros considerados comunistas, fossem queimados em praça pública.

Peça fundamental para o sucesso do projeto estadonovista foi o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, criado em 27 de dezembro de 1939. Considerado um super ministério ele agia tanto na área da propaganda quanto da censura. Sob o comando de Lourival Fontes, o DIP fazia a ponte entre todos os ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessava à propaganda nacional. A produção de material foi extensa: filmes, cartilhas, etc. O DIP também coordenava uma série de meios de comunicação vinculados ao Governo, como a *Rádio Nacional*, que transmitia diariamente o programa *Hora do Brasil*, o *Jornal A Manhã* e as Revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Nos cinemas o governo veiculava um noticiário no início de cada sessão, o *Cinejornal Brasileiro*, uma espécie de filme curta-metragem que mostrava os acontecimentos do país e do mundo e enaltecia as suas ações.<sup>11</sup> Além da presença física dos censores do DIP nas redações dos jornais, existia ainda, a censura prévia que era veiculada através de boletins que continham os assuntos que eram proibidos de serem publicados e enviados para os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, DEIPs. O DIP era o zelador da boa imagem de Vargas e responsável pelos desfiles cívicos, como na Semana da Pátria, no 10 de Novembro, aniversário do Estado Novo, e 19 de abril, aniversário de Vargas.

### III- O caso de Pernambuco

Para encerrar eu gostaria de mencionar rapidamente o estado de Pernambuco, um bem sucedido caso de implantação do modelo do Estado Novo, onde o interventor Agamenon Magalhães, cumpriu bem as tarefas colocadas pelo Governo Federal. Um dos braços direitos de Getúlio Vargas, Agamenon era o Ministro do Trabalho, em 1937, no momento que o Estado Novo estava sendo articulado e o Ministro da Justiça, em 1945, no momento em que o regime estava sendo desarticulado. Ou

<sup>11</sup> Sobre o material produzido pelo DIP ver o filme “Imagens do Estado Novo” de Eduardo Escorel.



seja, ocupou duas pastas-chaves em dois momentos-chaves na história do Estado Novo. Além de ter realizado uma administração considerada exemplar no estado de Pernambuco, Agamenon também foi um dos principais ideólogos do regime.<sup>12</sup>

Durante o Estado Novo, Agamenon escrevia diariamente para o jornal local de sua propriedade, *Folha da Manhã*. Eram artigos curtos e em linguagem simples, onde o chefe político pernambucano tentava atingir os mais diversos setores da população, exercendo o que ele mesmo classificava de “doutrinação política”. Neste particular, o seu grande mérito foi popularizar a ideologia do Estado Novo. Em carta dirigida a Vargas, uma espécie de prestação de contas da sua administração, Agamenon afirmava: “Doutrino todos os dias pela imprensa e pelo rádio, na propaganda do Estado Novo e das questões que interessam à economia do Estado”.<sup>13</sup>

Crítico da democracia liberal, é exatamente durante o período de implantação do Estado Novo que Agamenon faz a afirmação que se tornou famosa: “Assegurar ao indivíduo liberdade de pensamento, liberdade de locomoção, todas as liberdades consubstanciadas nas Declarações dos Direitos da Revolução Francesa e Filadélfia; assegurar todas essas liberdades e dizer: morra de fome! a essa democracia não darei o meu voto, a minha colaboração, porque contra ela clama a minha consciência de cristão, minha cultura, clama o mundo atual”.<sup>14</sup>

Seguindo o mesmo tipo de pensamento, Agamenon procurava dar um novo sentido ao conceito de “liberdade”, condicionando-o à ordem e à autoridade. A censura ficava assim justificada. Segundo ele, a Constituição de 1937 teria suprimido no conceito de liberdade o que ele tinha de arbitrário, tendencioso e anárquico, recuperando nele o sentido de responsabilidade. Dizia Agamenon “Dantes o cidadão era livre porque podia agitar as massas, os parlamentos, as ruas, as fábricas, os quartéis. Que gerou essa liberdade? A desordem, o facciosismo político, as imposições regionais, a clientela partidária que devorava o tesouro, a

<sup>12</sup> Sobre Agamenon Magalhães ver Pandolfi, Dulce. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife, Massangana, 2015, 2ª edição.

<sup>13</sup> In Pandolfi, 2015, p.45.

<sup>14</sup> In Pandolfi, 2015, p. 46 e 47.



imoralidade administrativa, os negócios, a exploração, enfim, do povo e do estado por um grupo. [...] Dantes, o patrão tinha a liberdade de despedir o seu empregado, como o empregado de deixar o seu emprego e parar a fábrica. Que gerava essa liberdade? As greves, os distúrbios sociais”.<sup>15</sup> Ou seja, a “liberdade” possível era a que pressupunha ordem, justiça, responsabilidade. Foi essa redefinição do conceito de liberdade, segundo ele, que fez com que a anarquia reinante no Brasil fosse substituída, a partir do golpe de 37, pela confraternização, justiça e harmonia social. Em última instância, para Agamenon, o que caracterizava o novo Estado era a limitação dos poderes e das liberdades individuais: no Brasil, em defesa da ordem, segurança e bem-estar social, a liberdade teve de fazer concessões.

A censura e a perseguição sofrida por intelectuais pernambucanos como Manuel Bandeira, Joaquim Cardoso, Gilberto Freire, Anibal Fernandes fez com que esse último apelidasse a Secretaria de Segurança Pública que ficava num belo prédio na Rua da Aurora, no centro da cidade de Recife, construído, aproximadamente, em 1842, resultado de um projeto do engenheiro urbanista francês Louis LegerVauthier, “A Sorbonne da Rua da Aurora”, em razão da constante presença no local, durante o Estado Novo, de políticos e intelectuais que costumavam ser convocados para prestar algum tipo de esclarecimento.

O livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire, lançado na década de 1930, causou polêmica na sociedade pernambucana e foi apreendido nas diversas livrarias. A idéia de miscigenação apregoada por Freire não era bem vista por parte da intelectualidade local. Alguns meses antes da decretação do Estado Novo, a *Revista Fronteiras* acusava Gilberto Freyre de ser subversivo e pornográfico, como fica claro no artigo de Vicente Monteiro que ainda sugere que o sociólogo fosse submetido a uma avaliação psiquiátrica: “Gilberto faz da Casa Grande um bordel, onde as promiscuidades das negras minas, mulatas eróticas e “índias priapicas” se gerou a raça brasileira. Considero este livro como um ensaio dos mais perniciosos de sedução comunista no Brasil. A que atribuí-lo? entrego o “caso” à competência técnica de Gonçalves Fernandes, o jovem psiquiatra, que em recente

---

<sup>15</sup> In Pandolfi, 2015, p. 47.



estudo faz tão agudas observações sobre schizophrénia e suas relações com as produções artísticas e literárias”.<sup>16</sup>

Em março de 1945, o pernambucano Agamenon Magalhães, foi convidado por Vargas a renunciar ao governo estadual para assumir o Ministério da Justiça. O Estado Novo, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo, estava com seus dias contados. Havia chegado a hora da transição e caberia à elite do antigo regime preparar o terreno para a instalação do novo regime. A saída do autoritarismo deveria ser a menos traumática possível. Perdiam-se os anéis, mas não os dedos! Por isso, era tarefa do ministro da Justiça elaborar uma legislação que, a despeito das necessárias rupturas, garantisse as continuidades. Foi nesse contexto da “transição pela transação” que Agamenon escreveu um sugestivo artigo cujo título era: “O regime vai mudar. Eu também”. De fato, as principais lideranças do Estado Novo, entre elas Vargas e Agamenon, irão ter papel destacado no regime democrático implantado no Brasil no pós Estado Novo e que irá vigorar até 1964, quando o país foi acometido por um outro surto ditatorial.

---

<sup>16</sup>Monteiro, Vicente do Rêgo. “Uma Impressão sobre Casa Grande e Senzala” In: *Revista Fronteiras*, Recife, julho de 1936, p. 3.

